

UBUNTU:

SUBJETIVAÇÃO, EDUCAÇÃO E RECONFIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR



Cartilha Antirracista | CAN

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Texto, design, tiragem e distribuição realizados por estudantes do Coletivo Antirracista Neusa Santos e docentes da Universidade Cidade de São Paulo, com apoio da Cátedra Unesco, através da III Campanha para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior.

Registrado na Biblioteca Nacional sob número 000984.0002936/2022.

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Técnicos e Docentes – Agência Universitária de Comunicação

Apoio: Profº Edson Roberto de Jesus

Revisão: Jammilly Alves dos Santos

A construção deste projeto foi feita por:

Alunos(as):

Bruna Santos
Camilla Alleon
Elinar Farias
Gabriel Campos
Marcio Novais
Raul Santos
Renata Leal
Rosane Nogueira
Valesca Aguiar

Professores(a):

Claudio Brites
Denis Silva
Edson Roberto de Jesus
Nathália Botura de Paula Brennecke
Ivani Oliveira

Colaboradora:

Bárbara Ferreira

Partimos da definição de Ubuntu, que você irá conhecer ao final dessa cartilha, como filosofia de vida, um conceito africano, que nos faz entender que nos tornamos pessoas por intermédio de outras pessoas. A vida acontece em relações. Neste sentido Ubuntu é mais que uma perspectiva, é uma afroperspectiva que apresenta uma ética de convivência e coletividade como fundamento para a subjetivação que envolve produzir subjetividades e tornar-se sujeito pertencente a humanidade.

Entretanto, vivendo numa sociedade racista esse processo é permeado por violências, silenciamentos e tentativas de dominação e aniquilação, que atuam de forma ampla e complexa na vida subjetiva, social e escolar das pessoas, desde a educação infantil ao ensino terciário que é o nível mais elevado dos sistemas educativos e o mais difícil de entrar, permanecer e concluir.

A relação entre subjetivação, educação e reconfiguração do ensino superior está na percepção de que devemos, imprescindivelmente, recusar e eliminar a hierarquização e polarização das subjetividades, devemos reconhecer que a pessoa que tenta desumanizar outra acaba desumanizando a si própria, pois somos uma comunidade, existimos por meio das relações intersubjetivas que no movimento de convivência, no âmbito da educação, deveriam ser reconfiguradas, aprimoradas e por fim transformadas no ir e vir do processo de ensino-aprendizagem.

Esta cartilha, assim, é sobre humanidade. Humanidade pensada e repensada para além das desigualdades e injustiças. Pensada a partir do conhecimento, da sabedoria e do resgate dos valores civilizatórios histórico-sociais que africanas, africanos e seus descendentes transmitiram a sociedade brasileira.

Temos observado que apesar de registros cotidianos sobre racismo e violências racistas, muitas pessoas brancas se declaram antirracistas, e muitas pessoas negras dizem não terem sofrido racismo em suas vidas, essa incongruência entre fatos e relatos denota o quão importante é retomar às teorias e estudos sobre relações raciais, preconceito e discriminação para entendermos e decodificarmos as práticas racistas e discriminatórias que ocorrem entre estudantes-estudantes, docentes-docentes, docentes-estudantes ou até estudantes-docentes.

Veremos que “pensando a escravatura no Brasil” conseguiremos entender, com um breve resgate histórico, que esse fato cruel e desumano foi possibilitado pela

opressão e dominação de corpos racializados. O desenvolvimento da economia escravagista trouxe uma reflexão existencial sobre o ser, será este dotado de preconceito em sua essência ou a realidade material e econômica constitui o imaginário racista? É o que encontraremos nas páginas a seguir.

As autoras e autores se atêm a nos proporcionar um espaço reflexivo no (u)tópico “NEGRITUDE E ACADEMIA” onde sustentam a reflexão sobre corpos racializados nas universidades com a contribuição de pensadores e conceitos como a colonialidade do poder e racismo estrutural.

A Branquitude aparece logo em seguida, bem articulada com pensadoras de notória relevância intelectual como Cida Bento e Grada Kilomba, é o fim do silenciamento dos corpos, do impedimento da voz e da ação, por meio das obras dessas intelectuais negras podemos sentir a força das palavras rompendo o silêncio, denunciando o epistemicídio a contundência de Patrícia Hill Collins, a afetividade de bell hooks e com a análise perfeita de Neusa Santos Souza, que nos convidam a aprofundar nossas visões e alargar nossos horizontes.

Tal qual Dona Ivone Lara apontou como a flor se ascende quando o dia amanhece, simboliza-se em “raízes de esperança” a convocação para a tarefa urgente e necessária do letramento racial para a superação do racismo e suas barreiras.

Agora, é hora de encontrar um local confortável e se acomodar, fechar os olhos para receber esse presente e então abrir os olhos e ao mesmo tempo se abrir a experiência conscientizadora que virá, por isso desejo uma excelente leitura!

Prof^a. Me. Ivani Francisco de Oliveira

Psicóloga e vice-presidenta eleita para o Conselho Federal de Psicologia gestão 2023-2025



01

A DIÁSPORA NO BRASIL9

- Quando fomos trazidos para cá.....10
- Economia escravagista12

02

NEGRITUDE E ACADEMIA.....19

- Corpos racializados nas universidades20
- Branquitude e o pacto narcísico23
- Ausência de teóricos negros nas universidades30

03

SANKOFA33

- Sementes para a esperança34
- Letramento racial35
- Representatividade e protagonismo38
- A importância dos coletivos: A experiência do Coletivo Antirracista Neusa Santos Souza43
- Identidade46

04

UBUNTU.....51



*Ofereço-te Exu
O ebó das minhas palavras
Neste padê que te consagra*

Abdias do Nascimento

AGRADECIMENTOS

Aos nossos ancestrais, que nos sonharam enquanto construía persistentemente os caminhos que permitiriam a nossa (re)existência.

À Cátedra UNESCO, pela oportunidade e pela abertura de portas que a aprovação do projeto traz para o Coletivo atuar na luta antirracista dentro da universidade.

A Unicid, através da Extensão e da reitoria pelo apoio e viabilização das nossas ações

A Agência Universitária de Comunicação, especialmente às figuras do Prof.Dr.º Edson, do Bruno Cenatti e da Emilly Mel, pelo apoio na diagramação da cartilha e na gravação e edição dos podcasts.

Aos nossos convidados que participaram do Pluriversacast:

Profª Andréa Regina Marques Chamon
Brena Rodrigues Santos
Profª Brenda Silva

Beatriz Alves Mendes
Profº Carlos Eduardo Mendes
Profª Hainra Asabi
Profª Nathália B. de Paula Brennecke
Tatiana Almendra Dutra.

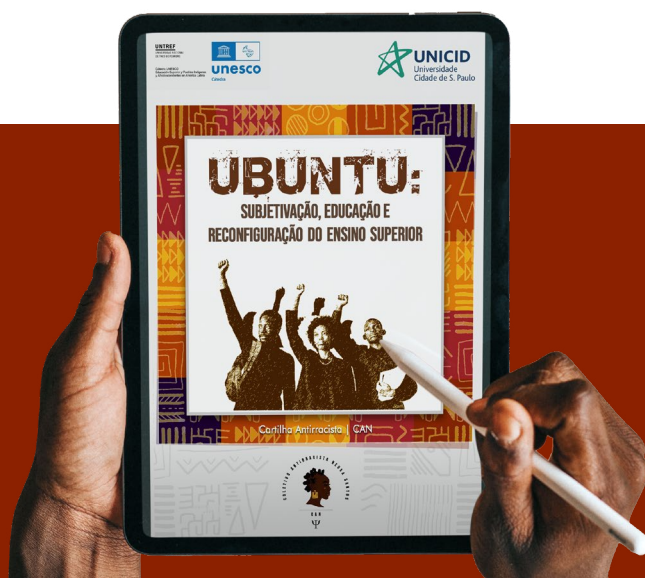
Às alunas e alunos de diversos cursos do ensino superior, que ricamente compartilharam as suas impressões sobre a sua experiência no ensino superior, fundamentais para a confecção desta cartilha. Com o objetivo de manter as suas identidades em sigilo, substituímos os seus nomes por adjetivos do idioma iorubá.

Ao Denis Sinachi, que construiu a capa desta cartilha.

Ao Felipe Melo pelo apoio e esclarecimentos.

A Coordenação do curso de Psicologia, assim como ao seu corpo docente.

A área de Marketing e Redes Sociais, especialmente ao Luiz Damasceno Santos e ao Guilherme Faquini.





SOU PORQUE NÓS SOMOS

Bruna Santos e Gabriel Campos

Ubuntu. Palavra de origem dos idiomas zulu e xhosa do continente africano, que significa humanidade para todos ¹.

Ubuntu é uma filosofia que tem como base a ética da coletividade, representada principalmente pela convivência harmoniosa com o outro e baseada na categoria “nós”, como membro integrante de um todo social ¹.

“Nós”. A construção da práxis pedagógica antirracista e decolonial (um caminho de luta. Uma luta que é contra a violência provocada pela hegemonia da ciência colonial/moderna que legitimou e foi legitimada pela colonização europeia iniciada na América no final do século XV e levada, nos séculos seguintes, a praticamente todos os rincões do

planeta.) só é possível com a totalidade dos povos, precisamente daqueles que, simbolicamente e estruturalmente ocupam posições de privilégio nas sociedades.

Ubuntu em ambientes acadêmicos nos possibilita melhor significância na construção de um espaço igualitário dentro da singularidade de cada sujeito, sobretudo racializados seja reconhecida e afirmada.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹CAVALCANTE, K. L. *Fundamentos da filosofia Ubuntu: Afroperspectivas e o humanismo africano*. Revista *Semiárido De Visu*, v. 08, n. 02, 2020.



QUANDO FOMOS TRAZIDOS PARA CÁ...

Bruna Santos

A escravidão pode ser compreendida como um sistema econômico, político e social, baseado na exploração do homem pelo homem, caracterizado pela opressão e dominação de corpos racionalizados - neste escrito, especificamente negros e indígenas. O sujeito escravizado era obrigado renunciar a liberdade e a subjetividade a partir da violência, sendo condicionado a propriedade do senhor e de sua branquitude, bem como, sua existência está sujeita a sua autoridade e seu trabalho será conquistado por uma constante e sistemática brutalidade e desumanização de seu corpo¹.

(...) A luz de tal cenário, a ganância do colono e a voracidade da metrópole eram insaciáveis. Para as colônias espanholas e portuguesas, não havia outro propósito

senão o de enriquecer depressa e sem muito trabalho. Esgotados os tesouros, adotaram o processo sumário de escravizar os naturais e enriquecer à custa deles, com o seu labor. Por conseguinte, os governos orquestram a máquina administrativa de modo a sugar a colônia o máximo possível em curto prazo. (BONFIM, p. 89, 2008)

A priori a escravidão, a história do Brasil, em seu primeiro século era validada a partir do trabalho indígena. Interessados nas riquezas tropicais, especialmente o pau-brasil, os membros das primeiras expedições induziam o trabalho dos povos nativos em troca de quinilharias. Entretanto, seja pelo ritmo de trabalho dos indígenas, seja pelo desinteresse em servir os portugueses dada a curiosidade suprida, tal escam-

bo deixou de atender a necessidade dos lusitanos. Então, iniciou-se a escravização de corpos indígenas¹.

Ainda que haja dificuldades em aferir a dimensão do modelo escravagista de mão de obra de nativos, é fato que tal fenômeno não se tratou de casos esporádicos, mas sim, de algo regulamentado pela Coroa. A legislação portuguesa permitia a escravização de filhos de negros com indígenas. Logo, uma vez atraído para o engenho, o nativo, ficava retido e seu filho tornava-se formalmente escravo. No século XVIII, há documentos que se referem à prisão de índios vagabundos e sua remessa a proprietários de terra. Nota-se, então, que o índio vagabundo alude ao indígena livre e, portanto, sua escravização tornava-se corolário de seu aprisionamento¹.

Vir verbo transitivo que se refere a algo que, deliberadamente, movimentou-se de um ponto a outro. Trazido verbo transitivo que aduz a ser levado, de forma passiva ou involuntária, para um ponto ou outro. Segundo Pinsky (p. 09, 2012), o exposto faz-se necessário para que se compreenda que sujeitos negros não vieram para o Brasil, mas sim, trazidos de maneira involuntária e violenta. Somente assim pode-se estabelecer os contornos que o escravismo ganha no Brasil.

A ausência de mão de obra em escala, submetidas a escassas condições de reagir e de baixo custo, para que o proje-

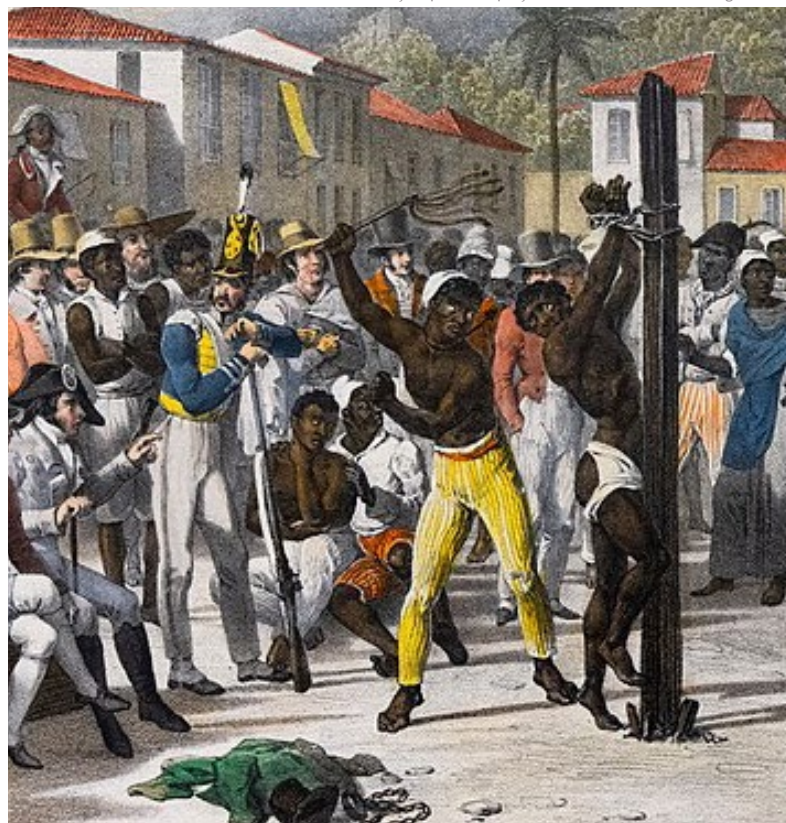
to de grande lavoura se estabelecesse adequadamente fez com que os colonizadores portugueses considerassem uma mão de obra cujo mercadores pudessem ganhar, comprando barato e vendendo por alto valor. Sob tal perspectiva, o negro foi trazido para exercer o papel de força de trabalho compulsória numa estrutura que estava se organizando em função da grande lavoura, o âmago era produzir para o mercado, no qual a mão de obra escrava era essencial¹.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹PINSKY, J. *A escravidão no Brasil: As razões da escravidão. Sexualidade e vida cotidiana. As formas de resistência*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

BOMFIM, M. *A América latina: males de origem [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 4-90, 2008.

Punições públicas : praça Santa Ana Johann Moritz Rugendas





ECONOMIA ESCRAVAGISTA

Gabriel Campos

Parafrazeando um grande ponto de interrogação existente na filosofia desde os primórdios socráticos: a consciência antecede a matéria ou a matéria precede a consciência?

Talheimer (2014) elucidava que esse questionamento parte desde a grande tríade grega – Sócrates, Platão e Aristóteles –, até a concepção de dialética com personagens mais atuais como Hegel, Marx e Engels; formando-se duas correntes de pensamento: Idealistas x Materialistas.

Não nos cabe dissertar neste trabalho o desenrolar desse confronto teórico, mas sim, nos debruçarmos sobre a lógica materialista x idealista, para nos questionar: o ser é dotado de preconceito em sua essência ou a realidade

material e econômica constitui o imaginário racista?

A teórica Costa (1998) autora do livro “Da Senzala à Colônia”, de maneira implícita, elucidava a responsabilidade em que a economia e dinâmica do regime escravo teve para elaborar certos padrões de ajustamento inter-racial, formas de controle das relações sociais e afins.

Ainda corroborado por ela, a consecução da meta inaugurada em 13 de maio, transformação daqueles que eram escravos em homens livres e cidadãos responsáveis equiparados de fato nos seus direitos a estes, exigiu tempo e marcou,

como ainda marca, o panorama social do Brasil. (COSTA, 1998, p.14)

Levando em consideração a importância material para o desenvolvimento do imaginário, explicitamos a importância de entendermos melhor sobre um dos componentes da matéria que acompanha e o imaginário racista: a economia escravagista. Fundamentando tal fenômeno à sombra do pressuposto de que a economia se caracteriza pelo manejo de recursos diante da escassez iminente, conforme o primeiro princípio da economia já nos alerta.

De acordo com a história do Brasil enquanto colônia, o custo para gestão “eficaz” de recursos para os proprietários das grandes fazendas que determinavam de forma relevante o norte que o país seguiria se resultou em algo extremamente penoso para milhares de africanos que foram sequestrados de suas origens para servirem de mão de obra nos antigos cafezais, a priori, majoritariamente localizados no Rio de Janeiro¹.

A semelhança entre o atual capitalista e os antigos senhores de engenho nos chamam atenção, sendo necessário evocarmos a lógica marxista sobre a constituição do mercado baseado em uma acumulação de bens primitiva as custas de uma jornada de trabalho desumana em prol da nutrição do capital do dono dos meios de produção².

O autor faz uma reflexão necessária sobre a acumulação primitiva que vem se repetindo de gerações em gerações:

Em épocas mais antigas, grupos de homens nômades vieram a se estabelecer nas localidades mais bem situadas e mais favorecidas pela natureza. Ali fundaram cidades, cultivaram a terra e fizeram tudo quanto é necessário para a própria sobrevivência. Daí as guerras, mortes, incêndios, rapinagens e devastações. Tudo que era do vencido se torna propriedade do vencedor, inclusive os sobreviventes, que se tornam todos escravos...Vejamos agora na Idade Média...Tudo que era dos vencidos passa para as mãos de vencedor, com a diferença de que os sobreviventes não se tornam mais escravos..., mas servos, e passam, juntamente com a terra a que estavam presos, para o poder do seu senhor. (CAFIEIRO, p.106, 2014).





A lógica capitalista que simbolicamente fora carregada pelos senhores de engenho e responsáveis pela comercialização dos escravizados de acordo com Cafiero (2014) é composta a partir de três elementos do processo de trabalho: 1º força de trabalho, 2º matéria prima, 3º os meios de trabalho.

No contexto escravagista, podemos relacionar a característica mais relevante entre o capitalista e o senhor de engenho: a partir da exploração da força de trabalho, procura-se o lucro e acumulação de bens. (COSTA, p.97, 1998)

Todavia, mesmo havendo suas semelhanças no processo desumano de monopolização dos meios de trabalho, ainda existem suas diferenças, pois, segundo Cafiero (2014), o tom criativo de confeccionar seu próprio produto para a venda como um pequeno comerciante ser trocado pelas máquinas da revolução industrial, no ápice da escravidão, qualquer dom criativo simplesmente foi roubado e aniquilado sadicamente pelo homem branco afim do mesmo lucro.

Nesse sentido, as maneiras de compra e cuidados relacionados a saúde para com a força de trabalho escrava se dava a partir de condições precárias, cujo as ferramentas legislativas da época, focadas no aumento de ganho a partir das lavouras de café e redução de gastos, corroboravam para que tal barbárie permanecesse, alicerçando a divisão de pensamento senhorial e escravista².

Sob essa perspectiva, o autor argumenta:

Enquanto perdurou o tráfico, o comércio de escravos se fez dentro da tradição colonial em navios negreiros onde se assistia a todo o quadro de horrores tão explorado pela literatura. Negros amontoados nos porões dos navios, durante quase dois meses de viagem, mal alimentados, em péssimas condições de higiene, eram dizimados pelas moléstias e promiscuidade e as más condições de viagem multiplicavam, falavam-se em até 30%, 40% e 50% de redução no total de negros embarcados. (COSTA, p.92, 1998)

A perspectiva marxista nos ajuda a entender o quão arbitrário o sistema escravagista poderia ser visto que, no processo de mais valia, baseia-se na porcentagem de lucro entre o valor investido e que nesse caso, não era revertido ao responsável pela força de trabalho e o valor produzido pelo trabalho². Ou seja, a violência em âmbito econômico é denunciando de diversas maneiras, porém, a mais aparente é justamente o esvaziamento da subjetividade do corpo negro, reduzindo sua subjetividade a algo primitivo, limitando sua existência a uma máquina lucrativa, tanto pelo seu trabalho direto, como pelo indireto, a partir da reprodução forçada de escravizados visando sua venda para outros senhores de engenho, objetivando uma produção de uma mais valia que nunca lhe seria minimamente recompensada¹.

Assim, o início de uma economia baseada no corpo negro como produtor e produto, afirmando uma relação baseada na lente de dominador e dominado que repercutirá na mentalidade nacional¹. O autor reverberando essa perspectiva comenta:

O trabalho que deveria ser o elemento de distinção e diferenciação na sociedade, embora unindo os homens na colaboração, na ação comum, torna-se, no sistema escravista, dissociador e aviltante. A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação. Por isso, para o branco, o trabalho, principalmente o trabalho manual, era visto como obrigação de negro, de escravo. (COSTA, p.15, 1998)

Então, considerando um país onde passou a ser o maior produtor de café para importação rumo ao exterior europeu, devido ao seu solo favorável para produção, sendo tratado como produto prioritário de produção devido a maior facilidade para transportação em navios¹, de que maneira permanecer economizando e contribuindo para o acúmulo de capital?

A historiadora Costa (1998) nos instrui que visando evitar a burocracia que seria ao adquirir os serviços de um trabalhador livre, cujo se era escasso devido à falta de interesse de imigrantes europeus para o Brasil, os senhores de engenho recorreram a mão de obra escrava. Ainda a partir das palavras da autora:

A solução parecia clara e única: utilizar o escravo. Este ia para onde seu senhor quisesse, ocupava-se das atividades que lhe fossem atribuídas, morava onde o senhor mandasse, comia o que ele lhe desse, e o que era mais importante: oferecia uma continuidade, uma permanência, que não era de esperar de um trabalhador livre que a qualquer momento poderia abandonar a fazenda e deixar uma safra por colher. (COSTA, p.71, 1998)



Imagem: Frans Post - Engenho de cana



Obra: James Richard Barfoot

A partir dessas explicações e seu valor mais baixo de se manter, se comparando a um trabalhador livre estrangeiro, assim inicia-se uma economia da qual o possuente de um grande número de escravos, é considerado como detentor dos meios de trabalho e proprietário de um negócio lucrativo, pois, o escravizado fora visto como uma mão de obra para a produção de materiais, como o café, todavia, representava uma mercadoria e, como tal, podia ser trocado, por casas ou terrenos, assim como servia de fiança em caso de hipotecas. (COSTA, p.97, 199)

Alguns autores vão denominar esta forma da economia fluir como era pré-capitalista, entretanto, a partir dos trabalhos de Immanuel Wallerstein com sua teoria de sistema-mundo ao em vez de apossar-se da dicotomia entre pré-capitalismo e consumismo capitalista, optamos em trabalharmos com o mercado escravagista como componente do mercado capitalista cujo estava se formando naturalmente³.

A partir das contribuições do autor mencionado:

A escravidão é uma das muitas formas de exploração econômica e dominação social que são centrais para o desenvolvimento histórico do capital e a formação da economia, mundial moderna. O estabelecimento da produção escravista nas Américas no início do século XVI foi um momento formativo da divisão internacional do trabalho

e do mercado, mundiais. A atividade produtiva dos escravos africanos na América criou uma nova, organização e hierarquia do trabalho, comércio e poder e colocou a Europa no centro de uma economia mundial sem precedente. (TOLMICH, 2004)³

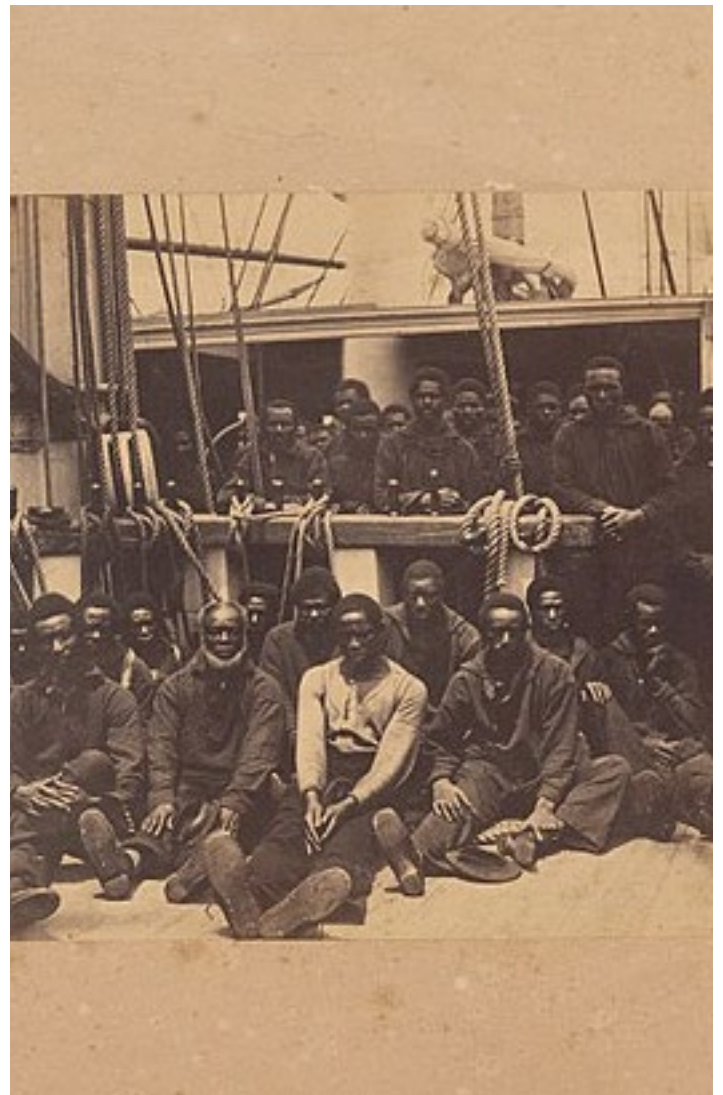
Logo, o capitalismo não apenas conversa perfeitamente com o regime escravagista, mas também, é produto dele³.

A partir da decisão da Grã-Bretanha em abolir a escravidão, fortalecendo as motivações econômicas e políticas para que a economia escravagista acabasse no Brasil, dando espaço a forma industrial de produção³.

Entretanto, mesmo com a abolição do comércio escravo, o comércio ilegal permaneceu durante muito tempo, sendo extinguido apenas devido à pressão social da época com movimentos formado por abolicionistas da época somado ao fato de que manter uma rede de escravizados passará a se tornar algo custoso, tendo em mente a impossibilidade de negociação daqueles escravizados a partir da decisão grã-britânica, fazendo com que os senhores de engenho tivessem de aumentar seu investimento em cuidados ao escravizado, para que pudesse permanecer mais tempo produzindo¹.

Todavia, ainda vemos resquícios atuais dessas explorações cometidas. A autora Jéssica Bastos irá salientar que:

Na divisão internacional do trabalho, Wallerstein divide os países entre centro, semiperiferia e periferia...Cada uma dessas formas de trabalho está concentrada na sua zona e todas se encontram no mercado mundial. Os países centrais se ocupam da produção de alto valor agregado (produção industrial), e os países periféricos encarregam-se de fornecer commodities ou bens de baixo valor, que servirão de matéria-prima para a produção de alto valor dos países centrais. Os países semiperiféricos são aqueles que se comportam como centro para a periferia, e como periferia para o centro. (BASTOS, p.2, 2018)



Autor: Henry P. Moore

A autora Lélia Gonzalez (2020) em sua obra “Por Um Feminismo Afro-latino-americano” reforça a necessidade de o capitalismo atual manter essa massa periférica e marginal para que possa contribuir como ferramenta para o desenvolvimento do capital. Reforçando essa ideia:

Sabemos que o processo de acumulação primitiva permite a emergência dos dois principais elementos da estrutura do capitalismo: o trabalhador livre e o capital... Quanto ao elemento “trabalhador livre” ..., a presença atual, em diferentes expressões, do capital comercial relacionado a formas pré-capitalistas de exploração da mão de obra articula-se (em graus de maior ou menor complexidade) com o setor hegemônico da economia e de maneira proveitosa para este último. (GONZALEZ, p.26, 2020)

Assim sendo, ainda desfrutamos da objetificação causada pela comercialização de corpos pretos no Brasil enquanto colônia. Entretanto, dessas constatações, de acordo com o que nos propomos a discutir daqui em diante, surgem indagações, como: quais seriam os efeitos a longo prazo da objetificação do corpo negro dentro do ambiente universitário enquanto instituição formadora de profissionais? Como nossa herança histórica se apresenta no imaginário do homem branco e homem negro nas universidades de acordo com um país que usou o corpo negro como moeda de troca?

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹COSTA, E. V, *Da Senzala à colônia*. - 4ª ed - São Paulo: fundação editora da UNESP; 1998.

²CAFIEIRO, C. *Compêndio capital*. Tradução de Ricardo Rodrigues. São Paulo: Hunter Books, 2014.

³BASTOS, J. A. A. *Escravidão, Capitalismo e Seguros No Brasil Slavery, capitalism and insurance in Brazil* Revista de Direito Privado, v. 95/2018, p. 155 – 170, nov2018.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

THALHEIMER, A. *Introdução ao Materialismo Dialético: Fundamentos da Teoria Marxista*. Edição da Livraria Cultura Brasileira, 2014.



OR

**NEGRITUDE
E ACADEMIA**



Foto: Arquivo pessoal

CORPOS RACIALIZADOS NAS UNIVERSIDADES

Bruna Santos

Sob a concepção de Almeida (2020), raça não deve ser compreendida como um fenômeno estático. Seu sentido está essencialmente vinculado às circunstâncias históricas em que é empregado. À sombra do termo sempre há contingência, conflito, poder e decisão, sendo, portanto, relacional e histórico. Nesse sentido, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas, no caso do Brasil, especificamente, a escravatura.

Quijano (2015), aduz que a ideia de raça é uma ferramenta para dominação social. Tal perspectiva e movimento emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sujeitos racializados: a ideia de que os dominados são cristalizados em um lugar de inferioridade em sua realidade subjetiva e em seu agir enquanto sujeito histórico-cultural-social.

A vasta e plural história de identidades e memórias do mundo conquistado foi deliberadamente destruída e sobre toda a população sobrevivente foi imposta uma única identidade, racial, colonial e derogatória, “índios”. Assim, além da destruição de seu mundo histórico-cultural prévio, foi imposta a esses povos a ideia de raça e uma identidade racial, como emblema de seu novo lugar no universo do poder. E pior, durante quinhentos anos lhes foi ensinado a olhar-se com os olhos do dominador. (QUIJANO, p. 17, 2005)

Partindo da ótica de que as raízes da escravatura ainda nutrem a sociedade com sua seiva e que, portanto, as estruturas sociais, econômicas, políticas e educacionais são sustentadas por esse processo, as universidades, sendo elas compostas por todos os fatores supraci-

tados, reproduzem as lógicas do racismo à medida que todos os ambientes acadêmicos pelos quais passamos na história deste país estão pautados nas expectativas e ideologias da branquitude. (MONTEIRO, p. 25, 2019)

Para Lander (p. 43, 2001) tal racionalidade operante nas universidades latino-americanas provoca uma obstrução epistêmica, visto que a formação profissional, a pesquisa, os textos referenciais, os sistemas de avaliação e reconhecimento dos seus docentes, apontam para a reprodução sistemática de uma perspectiva hegemônica ¹.

Em tal cenário, a branquitude, portanto, atua pela manutenção desse poder simbólico, desde a construção dos sistemas, até a elaboração dos currículos acadêmicos. A pouca presença de autorias, teorias e narrativas negras nos livros didáticos e plano de ensino de todas as disciplinas é um exemplo de como a branquitude opera na educação, produzindo, nesse caso, um tipo de racismo que chamamos racismo epistêmico. (MONTEIRO, p. 25, 2019)

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperial oitocentista

clássica está repleto de palavras e conceitos como 'raças servis' ou 'inferiores', 'povos subordinados', 'dependência', 'expansão' e autoridade. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais. (SAID, p. 30, 1995 apud MONTEIRO, p. 26, 2019).

O colonizador estabelece padrões para o certo e errado, belo ou repugnante, sagrado ou profano e, assim, condicionam novas sociedades que, embora multiculturais, são hierarquizadas, de maneira que a realidade subjetiva e objetiva do colonizado seja balizada pelo que o coloniza. A esse conjunto de valores hierárquicos que ratificam a cultura da colonização chamamos de colonialidade – identificada em discursos e práticas generalizantes e imperativas de um povo sobre o outro, com caráter mais cultural que material. (MONTEIRO, 2019, p. 26)

Para Castro-Gomez (2007), as universidades configuram-se como referência colonial do conhecimento, estando inseridas na estrutura triangular da colonialidade: ser, saber e poder. A partir dessa estrutura, são desenvolvidas formas para manutenção da hegemonia epistêmica, portanto, a suposta neutralidade teórica sustenta a hegemonia de posição-de-mundo e impossibilita a explanação dos conhecimentos subalternizados. Dado o fato, tanto a sustentação de posição-de-



-mundo quanto a impossibilidade de ratificar outros conhecimentos se concretizam através de um movimento, o silenciamento de corpos racializados ¹.

Monteiro (2019) aduz que o medo da liberdade dos corpos negros pós abolição da escravatura, foi um dos aspectos que influenciaram a manutenção da colonialidade, agora transvestida de modernidade. A branquitude, por sua vez, age como bússola para o silenciamento de conhecimentos afrocentrados.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹ DANTAS, L. T. F. *Enegrecer a Universidade para vivenciar o conhecimento. Revista Filos. Curitiba*, v. 33, n. 59, p.349-361, mai-a-go, 2021.

ALMEIDA, S. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

QUIJANO, A. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Dossiê América Latina. São Paulo*, v. 19, n. 55, p. 9-31, dez-2005.

MONTEIRO, D. *Corpos negros e seus saberes no chão da escola: oralitura e escrevivência por uma educação decolonial. Tese (Mestrado) – Universidade de São Paulo. São Paulo*, p. 204. 2009.





O jantar. Passatempos depois do jantar by Jean-Baptiste Debret 1839

BRANQUITUDE E O PACTO NARCÍSICO

Bruna Santos e Gabriel Campos

Conseguimos denunciar parte das causas e feitos em que o epistemicídio da subjetividade negra sofre, entretanto, o que faz com que essa desvalorização dos nossos conhecimentos se mantenha em ambiente acadêmico? Existe um pacto narcísico entre os sujeitos que simbolicamente e objetivamente carregam o arquétipo do colonizador?

O silenciamento é um efeito do colonialismo. Sob essa perspectiva, Kilomba (2019), argumenta que em esfera racista, a boca se torna um órgão de opressão e uma metáfora para a posse, uma vez que simboliza a fala e a emancipação. O medo da branquitude em ouvir

o que pode ser revelado por um sujeito negro pode ser aludido a noção de repressão, a qual age para afastar e manter à distância do consciente conteúdos que possam gerar angústia, ansiedade, culpa ou vergonha. (FREUD, 1923, p.17)¹.

À sombra disso, a máscara vedando o sujeito negro impede-o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer abrigar-se às margens, visto, pois, tal método protege a branquitude de reconhecer o Outro. Falar, para o sujeito negro, é estar num lugar no qual seu discurso, frequentemente, será interpretado como uma versão neblinosa

da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. Tal movimento explicita que o falar e o silenciar emergem como um processo análogo. Portanto, a ação de falar é como uma barganha entre quem fala e quem escuta; ouvir, por conseguinte, é a ação de aprovação em direção ao falante. Sob essa lógica, aqueles que são ouvidos são os mesmos que pertencem. E aqueles que não são ouvidos passam a não pertencer ¹.

Sob esse espectro, a fala age como constituinte da memória, uma vez que através desta instância construímos a história de um povo, sua cultura e subjetividade. Corroborando ao supracitado, Bento (p. 23, 2022) afirma:

(...) Trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. E memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado “vitorioso” de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram — os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer.

Os fenômenos supracitados estão intimamente ligados ao silenciamento subjetivo e, eventualmente, objetivo de discentes e docentes negros, mas também a possibilidade de expansão do academicismo de outras etnias. Esse panorama reforça o prisma de que a



Imagem: Redenção de Cam | Autor Modesto Brocos

branquitude é o balizador da estrutura de aprendizagem ao passo que tais discursos acadêmicos sobre o social construíram a negritude como o Outro inferior, de modo que, mesmo ao ser denominada, a negritude contém um problema de racionalidade com a branquitude. (SIMMONDS, 1997, p. 226-7)¹.

Ao ter o poder de criação das narrativas, cria-se a possibilidade de apagar do imaginário social as violências cometidas pela branquitude, fazendo com que seu protagonismo se mantenha intacto e alterando o adjetivo de “povo oprimido” para “povo submisso” “incapaz”,

“preguiçoso”, de acordo com a narrativa fraudulenta que fora criada em cima dos conhecimentos africanos, produzindo uma pseudo-superioridade atribuída aos conhecimentos europeus².

Além da falta de elaboração quanto ao racismo epistêmico, a branquitude desde o seu proletário, sua identificação como classe trabalhadora branca se deu com a elite patronal branca, e não com a classe trabalhadora negra, já que os trabalhadores brancos podiam se apoiar em identidades de “não escravos” e “não negros”².

Tais representações vão além do proletariado existente na época, mas também figuras semelhantes a ele nos programas de TV e revistas ao falar para o público sem que a raça seja colocada em questão. Ou seja, em seu resumo a branquitude foi colocada como:

Um conjunto de práticas culturais que são não nomeadas e não marcadas, ou seja, há silêncio e ocultação em torno dessas práticas culturais. Ruth Frankenberg chama a atenção para branquitude como um posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais. É um ponto de vista, um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e à sociedade.

(BENTO, 2022, p. 35)

Corroborando com tal discurso, a partir das entrevistas realizadas, o fenômeno da branquitude se apresenta sem ser nomeada, porém, se manifesta em sua essência ao questionar sobre a presença de autores negros ao longo da formação acadêmica.

“Não, as minhas pesquisas todas elas são por fora. Os contatos que eu tive e sempre foi pesquisando por mim mesma, mas a universidade nunca se debruçou. Em relação aos autores pretos, principalmente em demandas.” - Iyanu.

Tal discurso evidencia que a branquitude se trata de um fenômeno que vai além de uma percepção individual, mas sim uma vivência coletiva.

O processo de enegrecer-se e elaborar uma ótica do mundo racializada, desenvolvendo sujeitos críticos conforme a jornada universitária propõe, nunca foi abordado em ambiente acadêmico, sendo necessário que a história racial individual seja estopim para essa descoberta que nos é negada pela sistemática academicista, muitas vezes, estimulando que passemos a conhecer sobre nossa história de maneira isolada, sem o Outro, a partir da necessidade advinda da dor, como situações de preconceito, baixa autoestima e afins.

Este fenômeno pode resultar em um sentimento de que esse sentimento é vivenciado sozinho, culminando com que diversas vezes essa dor seja descredibilizada por aquele a quem vive, ao passo que ao conhecer sobre sua própria ne-





gritudo somente a partir da dor, é passível haver dificuldades ao assimilar as nuances experiências acerca da pele preta. Assim, a potência, as gerações de realeza das quais viemos, nossa ancestralidade e resistências são silenciadas para dar protagonismo a branquitude, substituindo a essência Ubuntu, por uma ótica branca, europeia, competitiva, individualista e meritocrática.

Lopes e Simas (2021) dissertam em seu livro “Filosofias Africanas: Uma Introdução” a importância que os povos Yorubás, Bantos, dentre outros, davam para a oralidade dos nossos feitos, ou seja, a transmissão geracional dos conhecimentos, feitos e técnicas sobre como se enxergar e viver a vida realizadas, dando maior senso de unidade entre passado, presente e futuro, ou melhor, antepassados, irmãos em nossa atualidade e posteridade.

A transmissão oral do conhecimento é o veículo do poder e da força das pala-

avras, que permanecem sem efeito em um texto escrito. O conhecimento transmitido oralmente, pelo verbo atuante, tem o valor de uma iniciação, que não está no nível mental da compreensão, porém na dinâmica do comportamento. (LOPES; SIMAS, p.42, 2021)

A ausência do conhecimento negro nas universidades é o mesmo que interromper a transmissão de mais um conhecimento, porém, do poder de séculos de ensinamentos elaborados por nossos antepassados em que a branquitude somente os sequestraram, dando-lhe novos contornos, como no exemplo em que Lopes & Simas (2021) citam a respeito dos conhecimentos já existentes nas terras de “Kemet” (atual Egito), as quais, foram uma terra povoada por grandes potências pretas da antiga linhagem de Cuxe (Kush) na África Oriental (atual Senegal), desenvolvedoras de ciências como geometria, literatura, medicina, matemática, dentre outros.

A partir da fala dos entrevistados, notamos que essa ausência passa a ser vivenciada de maneira semelhante:

*“A galera acha que a ausência vai fazer com que “ah, eu não sou um racista”, “aí, eu não sou isso aí”, “essa faculdade não apoia o racismo”, então não vamos falar disso. E na verdade, isso é o que está mais errado, né?!”
Láàyè.*

“Só tem branco, é só tem branco nos locais, nos filmes, nas escolas,

os professores, já impacta, né? Porque só vejo negros como motoristas... Então eu acho que isso impacta sim se faltar... Se a gente já vê e antes, achava que isso era normal... “é normal não ter”, só que hoje não. Não podemos aceitar que seja normal... Não pode se acostumar. Eu acho que tem que ter, é espaço para todos, independente de qualquer coisa. Entendeu? Sejam negros, trans... qualquer tipo de pessoa.” - Pàtàkì.

“A gente acaba não tendo tantas (representatividades) e às vezes aquela que nós temos não é tão visto assim pela sociedade, né? Depende muito. Talvez... o filósofo de qualquer pessoa, qualquer teoria dela, um método que ela trabalha. Eu acho que isso implica um pouco, porque a gente acaba não tendo esse espelho.” - Adàmò

“Eu acho que assim é bizarro, né? Porque de fato, assim, na faculdade a gente não teve acesso. Assim, esse tipo de referência, né? De leitura, enfim, pouquíssimo letramento... por exemplo, a gente faz atendimento, né. Muito falta assim, de uns psicólogos brancos estarem atendendo mulheres pretas e não entenderam a situação às vezes de racismo. Entender que também é um tipo de violência, né?!” - Bàkan

Assim, com a ausência de grandes personagens negros contando suas narrati-

vas em ambientes acadêmicos, tal falta reflete em como o aluno negro irá nomear sua própria narrativa, como bem trazido por uma das entrevistadas, ao ver como normal, a ausência de pessoas como nós em altos lugares da hierarquia acadêmica.

Ainda sob esse ângulo, Collins (2000, p. VII) aduz que a exigência de que o oprimido seja obrigado a promover um discurso cômodo, reiteradamente muda o significado do nosso ideal e atua para ascender as ideias dos grupos dominantes. Dessarte, o comodismo surge como uma maneira de regulação dos discursos marginalizados. Não obstante, a margem não deve ser compreendida apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privatização, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade¹.

Para Hooks (1989, p. 149), a margem se configura como um espaço de abertura radical e a criatividade, onde novos discursos críticos se constituem. É nessa superfície que as fronteiras opressivas deliberadas por categorias como raça, gênero, sexualidade e dominação de



classe são questionadas, desafiadas e desconstruídas.

Souza (2021, p. 115-6) compreende que ser negro não é uma condição dada, por pressuposição. É o vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. Para tanto, é imprescindível a tomada de consciência acerca do processo ideológico que nos aprisiona; é “criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração”, construindo uma postura política, dado que, ao exteriorizar tal conduta, rompe-se com o modelo de hierarquização racializado no qual se está inserido.

A presença e encontro de corpos negros políticos em âmbito acadêmico reconfiguram o ambiente de forma subjetiva e objetiva, construindo um espaço para estar, resistir e (re)existir. À medida que os docentes e discentes ocupam esse espaço, passam a reivindicar, não somente o seu lugar de direito, mas o lugar de fala de toda a intelectualidade negra, sob a lente de que o ato de falar não se restringe a ação de emitir palavras, mas de poder existir enquanto sujeito sócio-histórico-cultural e arquiteto de sua própria narrativa³.

Ainda que o sujeito possa tornar-se negro e verbo diante de sua própria narrativa, Hooks (2019, p. 38) expõe que em um cenário supremacista branco “amar a negritude” raramente é uma postura política refletida no cotidiano. Quando é mencionada, é tratada como suspeita, perigosa e ameaçadora. Perspectiva-

mente, a negritude é um conceito fundamental para que se compreenda a construção das resistências negras em diásporas africanas, podendo ser considerada ainda mais importante do que as tonalidades de peles negras discutidas pelo colorismo, uma vez que, tal conceito alude ao conjunto de traços característicos do negro no que se refere a comportamento, emoção, personalidade e alma, aspectos esses partilhados pelos sujeitos racializados⁴.

Em um contexto em que as instituições educacionais reproduzem o racismo – neste caso, epistemológico – e a subalternização de referências negras, a identificação e, por vezes, o bem-estar de alunos racializados, o aquilombamento acadêmico surge como um meio de mitigação da cultura hegemônica nas universidades. Tal movimento é compreendido através de experiências de resistência cultural negra e suas respectivas formas de organização social e política ao longo da história (CARMO, 2020, p. 50)⁶.



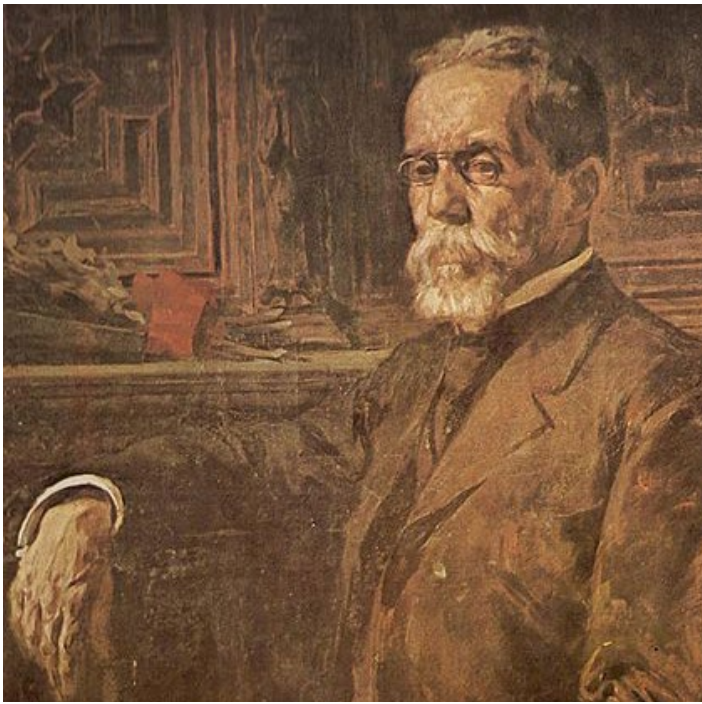


Imagem: Autor Henrique Bernadelli

Siqueira e Ramos (2021) evidenciam que o aquilombamento acadêmico demonstra efetividade no que tange a saúde mental de negros em âmbito acadêmico, uma vez que promove o bem-estar e recursos para lidar com o contexto opressivo. Ademais, diante da ausência de conteúdos direcionados para raça, bem como, teóricos negros, os coletivos negros movimentam-se para atenuar essa discrepância, reivindicando a inclusão de referencial teórico e representatividade afrocentrados. Assim, a constituição e fortalecimento das redes educacionais quilombistas podem inspirar e orientar o desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais críticas e, conseqüentemente, a práxis racializada⁵⁻⁶.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹ KILOMBA, G. *Memórias de uma plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Gobogó, 2019.

² BENTO, C. *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.

³ RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento, 2017.

⁴ MUNANGA, K. *Negritude: Uso e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

⁵ SIQUEIRA, J.P.; RAMOS, R.M. *Las (re)configuraciones subjetivas e identitárias de los negros em la universidad: Fricciones epistémicas y “aquilombamento” académico*. *Quaderns de Psicologia*. Barcelona, v. 23, n. 3, p. 2-23, jan-2021.

⁶ CARMO, A. C. O. *Quilombo como um conceito em movimento ou quilombismo e ubuntu: Práticas ancestrais africanas para repensar práticas pedagógicas e de justiça*. *Problemata: International Journal of Philosophy*. Paraíba, v. 11, n. 2, p. 41-56, jun-2020.

LOPES; N; SIMAS, L. A. *Filosofias Africanas: Uma introdução*. Civilização Brasileira. 5ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2021.

SANTOS. N. S. *Tornar-se negro*. São Paulo: Zahar, 2021.





AUSÊNCIA DE TEÓRICOS NEGROS NAS UNIVERSIDADES

Elinar Farias

A questão racial no Brasil é um problema que se arrasta há tempos, atravessando a vida de pessoas negras, que ainda após o dito fim da escravidão sofrem as sequelas durante muitas gerações desde a abolição até o presente momento. Pesquisas mostram que a população negra é maioria nos presídios, nas periferias, nos serviços mais braçais e mais baixos da hierarquia e principalmente no ensino superior.

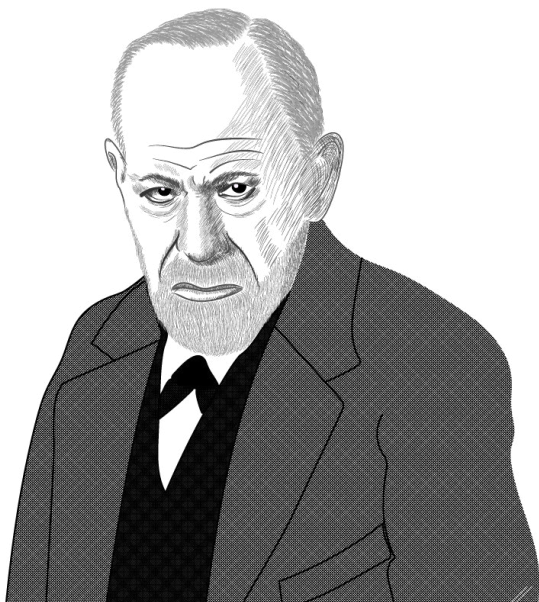
Certamente, um dos dados que nos traz bastante reflexão e preocupação, visto que a maior parte da população brasileira é negra e que o Brasil é o país com a maior quantidade de negros fora da África. No entanto, a quantidade de pessoas negras no ensino superior ou

em cargos de liderança nas empresas é extremamente escassa. Assim, por serem a minoria no ensino superior, a população negra comumente se encontra nas posições mais baixas da sociedade. Nessa perspectiva, uma das maneiras veladas de manter os negros em posições de submissão e relegados à marginalidade é a exclusão destes dos mecanismos de geração, transmissão e distribuição do conhecimento.

Ademais, dentro nessa esfera, dentre as todas as formas de exclusão da população negra, destaca-se a ausência de autores negros nas bibliografias das universidades, programas de seus cursos, nos livros presentes na biblioteca, dentre outros, esse movimento é deno-

minado epistemicídio. O epistemicídio consiste num dos instrumentos mais eficazes e predominantes da dominação étnico-racial, trata-se de uma ideologia que nega que pessoas negras possam produzir conhecimento e ou deslegitima os saberes delas sobre o mundo, pela desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano ao patrimônio cultural¹.

Dessa forma, esse instrumento de submissão anula e desqualifica conhecimentos que destoem do discurso hegemônico, provocando um processo de indigência cultural através da negação ao acesso à educação, principalmente de qualidade, pela inferiorização intelectual, pela deslegitimação do negro como cognoscente, isto é, portador de conhecimento, pelo rebaixamento da capacidade cognitiva através da escassez de material e pelo comprometimento da autoestima pela discriminação no processo educativo. Assim, o epistemicídio arruína a racionalidade do subjugado e tira-lhe a capacidade de aprender. Agindo como uma forma de controle¹.



Nessa perspectiva, há o pensamento da ciência como a única forma de conhecimento válido, assim ao anular e desqualificar as contribuições intelectuais de pessoas negras, instala-se o pensamento de que somente aquele que detém a produção de ciência como único portador de conhecimento válido. Dessa forma, a negação da humanidade do Outro hegemôniza, naturaliza e justifica a superioridade europeia¹.

Assim, nas universidades, escolas e institutos de pesquisa onde são produzidos e veiculados discursos sobre verdade, o racismo mostra-se de maneira sutil, apagando ou inferiorizando o saber e contribuição de negros, marginalizando temas e pautas raciais e instalando de maneira tênue o discurso hegemônico, utilizando a ciência como instrumento para se colocar como a única verdade, silenciando autores negros e hierarquizando a produção de conhecimento.

Nessa linha de raciocínio, o intuito principal do epistemicídio é garantir privilégios e a permanência de uma estrutura social baseada em uma hierarquia racial e de classe, utilizando como principal ferramenta o acesso à educação, uma vez que a educação está entre os diversos componentes de asseguramento mínimo de equidade e justiça social¹.

Nessa perspectiva, posto que educação é reconhecidamente o instrumento mais efetivo e seguro de ascensão social no Brasil, o controle das oportunidades educacionais institui uma ordem social racialmente hierárquica, promovendo

a exclusão racial de negros e promoção social de brancos, ocasionando o embranquecimento do poder e da renda¹.

Paralelamente, um outro artifício utilizado para manter a dominação racial no Brasil é o silêncio ou silenciamento em relação à existência do problema. O silêncio tem como intuito supor uma espécie de paranoia dos alunos negros, posto que eles vivem e sentem um problema que ninguém reconhece. Esse silenciamento é manifesto em muitas esferas sociais, dentre elas na relação aluno-professor, no qual compreende-se a relação de ignorante/erudito¹.

Assim, as universidades estão longe de serem inclusivas à negros, pois a maioria dos alunos e professores são brancos, algo bem diferente da composição racial do país, assim como os autores utilizados nas bibliografias dos cursos. Ausências como estas, podem acarretar desmotivação da participação do público negro no meio acadêmico¹.

Este movimento ocasiona invisibilidade de autores negros nos cursos superiores nacionais, isto sem dúvida reflete a composição racial atual do corpo docente, com grande maioria de pessoas brancas. Além disso, os conteúdos ministrados em sala quase sempre partem da perspectiva de uma pessoa branca e até mesmo veiculam estereótipos negativos sobre pessoas negras. Isto reforça os papéis sociais impostos pelo racismo na sociedade, criando uma imagem depreciativa da comunidade negra¹.

Para solucionar esta questão, é essencial dar visibilidade a autores e acadêmicos negros, tanto como forma de combater esses estereótipos racistas quanto para mostrar aos universitários negros que apesar do racismo estrutural, existem pessoas negras bem-sucedidas. A presença desses modelos é um incentivo na trajetória profissional de cada um. Além disso, o racismo não é prejudicial somente ao subjugado, pois todos perdem em produção de conhecimento, visto que se não fosse a discriminação racial muitos autores negros poderiam dar contribuições importantes ao meio acadêmico e a sociedade.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

1 CARNEIRO, S. A. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.*





SEMENTES PARA A ESPERANÇA

Bruna Santos e Gabriel Campos

Ainda perante a compreensão de branquitude como agente opressivo atuante nas universidades, a partir dos movimentos étnico-raciais como resistência, surgem contra narrativas, as quais objetivam contrapor o branco como narrador e ator da história, dando o espaço e reconhecimento para pessoas etnicamente não normativas, de acordo com o imaginário eurocêntrico, em prol da luta de uma liberdade existente no papel, mas não atuante como um todo em sua prática.

Como vertentes dessa contra narrativa, surgem algumas ferramentas adotadas pelos movimentos negros para que tais ideais se tornem práticas, algumas delas são: construção do letramento racial e ações afirmativas.



LETRAMENTO RACIAL

Gabriel Campos

Ao longo deste escrito, foi necessário um diálogo para maior compreensão sobre a branquitude e quais ferramentas ela manuseia para sua reparação como ser pseudo-universal no imaginário social¹. A partir disso, quais formas de contracultura e contra narrativa temos para a análise dessa hegemonia?

Ferreira (2014), a partir de seus trabalhos, fruto de diversos teóricos que a antevêm, temos o letramento racial, cujo vai além do que penalizações morais ou ensinamentos sobre breves recortes que originaram termos racistas, porém, ainda de acordo com a autora, é um processo de conscientização cujo se trabalha a capacidade de elaboração racializada do sujeito, diante dos discursos que são feitos a sua volta.

Em seu artigo “Teoria Racial Crítica e

Letramento Racial Crítico: Narrativas e Contra narrativas de Identidade Racial de Professores de Língua”, a autora inicia com um relato que nos serve de exemplo sobre um olhar racializado no mundo, a partir da influência que o letramento racial exerce:

Uma mulher branca dividiu uma experiência pessoal de ir ao supermercado na vizinhança onde morava, e, quando chegou ao caixa, descobriu que não tinha levado com ela o seu talão de cheques. A caixa disse para ela que ela podia levar as mercadorias e trazer o cheque mais tarde. Quando ela contou esta história para um amigo homem afro-estadunidense, ele disse era exemplo de privilégio que podia desfrutar porque ela era branca. Sua propriedade bran-

ca era garantia subsidiária para o carrinho cheio de mercadorias. Ela insistiu que aquele supermercado era uma loja que tinha boa política de vizinhança, e a mesma coisa teria acontecido com ele. Determinado a mostrar a sua amiga que suas experiências vividas eram qualitativamente diferentes, o jovem homem foi ao mesmo supermercado dias depois e fingiu que deixou o seu cheque em casa. A amiga dele estava em pé do lado de fora observando a interação. O mesmo caixa, que tinha atendido a amiga dele, disse para o jovem afro-estadunidense que ele poderia deixar os itens que ele comprou do lado do caixa enquanto ele fosse buscar o seu talão de cheques. A mulher branca ficou chocada enquanto o homem afro-estadunidense olhou para ela com um olhar de EU NÃO DISSE!! (BILLINGS apud FERREIRA; 2014; p. 247)



Essa história contada pela autora, nos mostra a transição que de acordo com a pesquisadora branca e antirracista, Vieira (2022) se inicia em um letramento racial baseado em uma ignorância racista, por de trás do discurso “não vejo cor” sinônimo de pseudodemocracia racial, existente no movimento da branquitude, para um letramento racial mais desenvolvido a partir da leitura da realidade que ela pode fazer naquele momento.

Essa leitura crítica nos possibilita enxergar a hierarquia sublimar existente no imaginário das pessoas através de breves nomenclaturas, nos fazendo refletir a respeito dos significados atrelados a cada palavra/adjetivo.

Ferreira (2014) nos traz seu estudo, cujo ela se encarrega de a partir da teoria racial crítica e letramento racial crítico, analisar como a palavra “branco” e “negro” são utilizadas por professores de línguas de suas respectivas etnias e quais sentidos são atribuídos a esses adjetos.



Sujeito Negro:

Lembro que na minha infância eu quase não tinha amigos, na escola eu fazia todas as atividades sozinha, porque ninguém queria fazer as atividades ao meu lado. Afinal eu não era LOIRA de cabelos lisos como as demais, meu cabelo tinha muita personalidade. Também não era BRANQUINHA como as minhas colegas de classe. Assim, eu ficava sempre retirada do grupo. Quando finalmente fiz amigos eles não eram o que se convencionou chamar de NORMAIS. (FERREIRA, p.252, 2014)

Mesmo tendo vivido na família todo esse processo de racismo, durante muito tempo pensei que tudo isso era natural, NORMAL. O sujeito é construído socialmente e historicamente, por isso as relações nas quais fui levada a acreditar são muito mais fortes do que de fato acontecem. Sempre estive rodeada de informações que me fizeram acreditar que o NEGRO é inferior. (FERREIRA, p.252, 2014)

Sujeito Branco:

Em 1993, participei como estagiária de um programa de intercâmbio no setor agropecuário no estado da Flórida, EUA. Foi marcante a sensação de que ser LOIRA de olhos azuis tornou minha estadia muito mais fácil do que se assim não fosse. Cheguei mesmo a ouvir —Ela pertence a este lugar|| partindo de alguém que acabara de me avistar. (FERREIRA, p. 253, 2014)

Eis apenas um recorte de algo que é fato: a dificuldade de que se é ser negro. Entretanto, o letramento racial, a partir de suas análises minuciosas não deve se manter somente no campo de análise do discurso lesivo, mas sim, aposar-se dessa percepção para que possamos identificar a dor e ressignificá-la, dando a vasão a metamorfose de nossa experiência enquanto sujeitos negros, tornando dor em potência, tornando os mecanismos de sobrevivência do quilombo, tornando o motivo de lágrimas e traumas, motivo de sorrisos e orgulho³.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

1 FERREIRA, A. J. *Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. Revista da ABPN. v. 6, n. 14. p. 236-263, jul-out. 2014.*

2 SOUTO, S. *Aquilombar-se: insurgências negras na gestão cultural contemporânea. Revista Metamorfose, vol. 4, nº 4, p. 133-144, jun-2020.*

3 VIEIRA, B. D. M. *Letramento racial: da emergência de uma reformulação. Revista Espaço Acadêmico, abr-2022.*





REPRESENTATIVIDADE E PROTAGONISMO

Renata Leal Moreira

“(...) na neurociência muito é falado sobre a importância das cotas raciais, inclusive, o ideal seria que ela ocorresse já na infância, porque quando um aluno convive com pessoas de diferentes etnias a probabilidade de ele se tornar racista é bem menor.”
Akinkanjú

As ações afirmativas, como as cotas, vêm para atender a uma luta dos movimentos negros, que buscavam e buscam reparação histórica. Trata-se de uma medida emergencial, onde a proposta é o acesso da população negra ao ensino de nível superior, que lhe foi negado ao longo da história.

No Congresso Nacional tramitam dezenas de propostas sobre o tema, entre elas, tenta-se retirar a identificação da raça, mantendo-se a denominação renda, reforçando o mito da democracia racial. Ao adotar cotas para estudantes originários apenas de instituição pú-

blica, incluídos os estudantes negros, ficou evidenciada a defesa e a predominância da classe em detrimento da raça, mesmo que esta esteja presente. Pensar em cotas sociais não atende totalmente a equidade racial, uma vez que mesmo entre as pessoas pobres a população negra continua sendo aquela que tem maior dificuldade em entrar e permanecer no nível superior¹.

A lei 12.711/2012 não foi a primeira lei de cotas que tivemos em nosso país. Em 3 de julho de 1968 foi publicada a lei 5465/1968, chamada de “Lei do Boi”², que garantia cotas em universidades

para agricultores e seus filhos. Embora muito se critique atualmente sobre a lei de cotas raciais, a lei do boi vigorou até 1985. Esta era uma lei de não muita eficácia, visto que não atendia os princípios da justiça de reparação da história e sim mantinha o privilégio para filhos de grandes fazendeiros, uma vez que muitas vezes o agricultor pobre não tinha condições de mandar o seu filho para a universidade.

Foi um longo caminho até a implementação de ações afirmativas, com o objetivo de proporcionar reparação histórica aos negros e indígenas. Desde o ensino básico o estudante negro e o indígena estão em desvantagem em comparação com o estudante branco. Muitos defendem que as cotas devem ser direcionadas apenas à estudantes de escolas públicas, acreditando que desta forma negros e indígenas estão incluídos, colocando a classe em detrimento da raça. A dificuldade de acesso e a discriminação irão ocorrer independente da escola de origem, por isso as cotas raciais são necessárias enquanto houver racismo em nosso país³.

No Brasil, a marcação identitária para um sujeito negro é determinada, prioritariamente, pela aparência, e é preciso ter o entendimento do que estamos falando quando falamos de raça. Ser negro é ter traços que remetem ao processo de escravização, ou seja, o preconceito de raça se mistura com o preconceito de cor⁴. A raça em nossa sociedade aparece como um conceito político e ideológico, e não natural:

Sem dúvida, é possível observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. Este sim é um conceito repleto de ideologias e assim como toda ideologia, esconde em si algo não proclamado: a relação de poder e de dominação. (Munanga, p. 6, 2004)

Sendo assim,

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Almeida, p. 22, 2020).



Desta forma, há uma hierarquização de um grupo racial sobre o outro, onde o que está no “topo” desfruta de todos os privilégios e socialmente se movimenta para impedir o acesso dos demais grupos aos espaços relevantes da nossa sociedade. Desta forma, é necessário avaliar até que ponto é correta a remoção das cotas raciais e se com esta retirada será feita de fato uma reparação com a população negra e indígena.

“A gente está quebrando a barreira dos “primeiros da família” né? Então, eu estou no espaço de uma universidade pública, entrei na USP em 2020 quando a USP entrou em 50% de cotas, então eu consigo ver como esse espaço aumentou (...) você acaba conseguindo se enxergar mais dentro do campus, entre os seus colegas, enfim. E aí, quando você coloca essas pessoas você produz conhecimentos atrelados.”

Lágbára

O acesso de alunos negros à universidade cria arranjos inter-relacionais⁴, com o cruzamento da realidade e do capital social da instituição com as marcas históricas que atravessam esse corpo, sejam essas pessoas racializadas ou não, tais como: a falta de acessos, ausência de representatividade na instituição, epistemicídio, entre outros marcadores que conferem apagamento e o aniquilamento desses sujeitos. A universidade enquanto espaço de construção do saber, pode ser considerada como um espaço preparado para acolher estes corpos, abarcando suas histórias e o seu desejo de fazer parte?

“É importante pensar que a gente tem o programa de cotas, que está em processo revisório agora, mas ela só garante a graduação e novamente pensando a continuidade a gente tem que pensar também a questão da pós-graduação né? Como a gente vai colocar professores negros nestes espaços mais elitizados sendo que a pós-graduação acaba sendo de uma barreira muito grande por exemplo a necessidade do inglês né?!” Lágbára



Atualmente, tão importante quanto acessar estes espaços é garantir a sua permanência. As políticas de cotas favorecem muito o acesso de negros e indígenas à universidade, mas ao acessar a academia se defrontam com as dificuldades da permanência e de se dedicar ao ambiente acadêmico, uma vez que a grande maioria desta população necessita equilibrar o trabalho e a dedicação aos estudos. Luta-se também pela extensão do programa de cotas à pós-graduação, pois para pensarmos em representatividade no corpo docente é necessário que estes corpos consigam acessar também o mestrado e o doutorado.

“Só que isso não é o suficiente, agora a gente precisa começar a ocupar os cargos de poder, cargos decisórios e enfim, prosseguir com essa “cadeia de comando”, porque não adianta ter só uma formação e o mercado de trabalho não ser receptivo ou você ter programas de estágio 100% para negros e a pessoa fica só no estágio, não é efetivada e não sobe para os cargos de liderança.” Lágbara

A forma como é feito o debate sobre a lei de cotas interfere diretamente na subjetividade daqueles que são beneficiados por ela. Questionar o caráter universal das políticas públicas e se elas, ao longo da história, têm viabilizado o acesso de negras e negros ao nível superior ou os afastados ainda mais, garantindo o acesso apenas à um público etnicamente e racialmente que já vem sendo beneficiado ao longo da história.

Os alunos muitas vezes têm vergonha de falar que são bolsistas contemplados, pois outras pessoas acreditam que a política de cotas está relacionada à capacidade ou competência desses alunos, quando na verdade é uma questão de oportunidades.” Dára

“Uma professora já olhou para mim e disse que eu por passar dificuldades, ela nunca tinha me visto, poderia ter mais chances de ganhar uma bolsa X na faculdade, já que as cotas estavam lá para privilegiar alguns, como eu.” Unifé



REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, S. (2020). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra

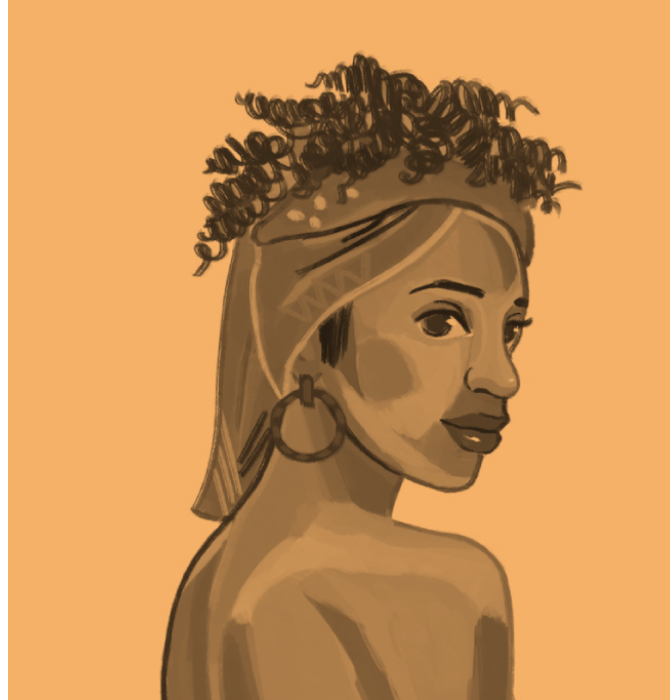
²FIER, F. (2017). *Lei de cotas: a desinformação e o paralelo histórico*. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/lei-de-cotas-desinformacao-e-o-paralelo-historico/>>.

⁴MOREIRA, J. O et al. *Do parcial das cotas ao inteiro das políticas afirmativas: Uma leitura psicanalítica sobre a atualidade da lei 12.711/2012*. v.27, n.2, p. 583-602. *Psicologia em Revista, Belo Horizonte, ago-2021*

MUNANGA, K. (2004). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. *Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira)*, Niterói, 2004.

¹SALES, M. (2021). *Cotas raciais até durarem as desigualdades*. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/cotas-raciais-ate-durarem-as-desigualdades/>>.

³SILVA, M. (2019). *As cotas para estudantes negros originários ou não de instituição pública*. *Colección Apuntes*, n.10, 17/05/2019. Buenos Aires.





A IMPORTÂNCIA DOS COLETIVOS: A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO ANTIRRACISTA NEUSA SANTOS SOUZA

Renata Leal Moreira

“Porque a gente tá tendo voz em todos os locais, a gente pega pessoas que tem uma escolaridade maior e outras que não e estão passando por isso, e que a gente tem que passar por isso junto, porque é uma coisa muito atual, por mais que tenha gente que pensa que não seja, mas que a gente tem que lutar junto, que uma hora isso vai acabar porque a gente é tudo igual.” Abàmi

“O que vocês fazem do CAN é sensacional. Antes não debatíamos sobre o assunto. Deveria ter desde o começo do curso.” Òré

O CAN - Coletivo Antirracista Neusa Santos - surge a partir do encontro de alunos(as) negros(as) do curso de Psicologia da Universidade Cidade de São Paulo - UNICID. Nasce motivado após estes alunos e alunas presenciarem falas racistas no ambiente acadêmico, o

que despertou a necessidade de posicionamento e de atuar nas estruturas do que é considerado como “universal”. Entende-se como universal o que diz respeito ou é aplicável a todas as coisas, que é observado ou praticado por todos os povos, grupos ou por todas as pessoas ou por um grande número deles¹. Consideramos que o espaço acadêmico deve ser capaz de acolher e dar espaço à pluralidade de saberes, sem se restringir a um saber universal que é o saber eurocêntrico.

A universidade, tanto no âmbito público como no privado, possui dinâmicas estruturais e institucionais calcadas na manutenção de corpos considerados privilegiados, a branquitude. Por privilégio entendemos as vantagens simbólicas e materiais usufruídas pelas pessoas com identidade racial branca. (MOREIRA et al., p. 595, 2021)

O coletivo inicia questionando sobre a ausência de autores(as) negros(as) nas bibliografias utilizadas nas disciplinas ofertadas pelo curso, a ausência de representatividade no corpo docente. Há uma discriminação e desqualificação direcionada às produções intelectuais africanas e afro diaspóricas², ao que nomeamos de racismo epistêmico.

¹Conforme Dicionário Michaelis, em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/universal>>.

²Noguera(2014) define a afrodiaspora como toda a região fora do continente africano formada por povos africanos e seus descendentes, seja pela escravização entre os séculos XV e XIX, seja pelos processos migratórios do século XX. É a “África fora do continente”, sua cultura e sua história.

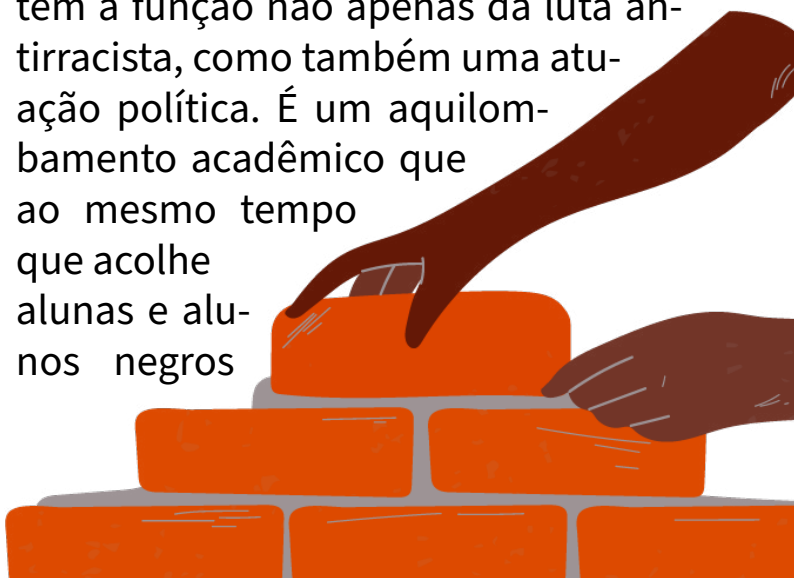
Os coletivos negros universitários fazem parte de uma tradição consolidada pelo movimento negro e pelo feminismo negro, e a partir do século XXI intensificam-se as políticas que favoreceram o aumento das pesquisas e pesquisadores no campo das relações sociais¹. A formação de coletivos negros

Evidência de fato a sustentação de um compromisso social, uma vez que é conduzida entre pares que compartilham uma determinada experiência política que faz resistência à preeminência de determinado modo de saber, elitista e

exclusivo, que monopolizou o ambiente universitário no Brasil desde a sua fundação. Fica explícito, portanto, por meio da articulação coletiva, o propósito político e acadêmico de adotar um verdadeiro lugar epistêmico condizente com as experiências históricas e sociais vividas em conjunto. (MOREIRA et al, p. 598, 2021)

A universidade, enquanto “um espaço onde se constroem fronteiras e reinvenções identitárias, além da produção cotidiana de pré-existências que promove o fortalecimento coletivo”³, possibilita aos coletivos a realização de ações que tem por objetivo o intercâmbio de conhecimento e de vivências. Ao longo de sua trajetória o CAN realizou várias ações com este objetivo: nossa I AFROPSI, com 24 palestras, onde estiveram presentes profissionais negros da Psicologia. Este evento tornou-se anual e nas edições seguintes trouxemos a multidisciplinaridade, convidando profissionais de outras áreas a fim de abranger a compreensão étnico-racial das relações.

A presença de um coletivo antirracista tem a função não apenas da luta antirracista, como também uma atuação política. É um aquilombamento acadêmico que ao mesmo tempo que acolhe alunas e alunos negros



da instituição, também atua na equidade racial do corpo docente, e que traz reflexões quanto a necessidade e importância de debater raça e de estudarmos autoras e autores negros nos cursos universitários. A representatividade é uma ferramenta poderosíssima, que nos traz a possibilidade de visualizar toda a nossa potência e de que somos capazes e temos o direito de ocupar todos os espaços.

³Viana (2017) apud Viana e Maheirie (2017).

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹MOREIRA, J. O et al. *Do parcial das cotas ao inteiro das políticas afirmativas: Uma leitura psicanalítica sobre a atualidade da lei 12.711/2012*. v.27, n.2, p. 583-602. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, ago-2021.

¹GUIMARÃES, A. S. A. R; SOTERO. F. E. *Coletivos negros e novas identidades raciais*. V. 39, n. 2, p. 309-327. São Paulo, mai-ago, 2020.

³VIANA, I; MAHEIRIE, K. *Identidades em reinvenção: O fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário*. *Polis e Psique*, V. 7, n. 3, p. 224-249, 2017.

²NOGUEIRA, R. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. 1ª edição - Rio de Janeiro: Pallas, 2014.



Foto: Agência Brasil Fotografias



IDENTIDADE

Bruna Santos e
Renata Leal Moreira

Ciampa (2018) compreende a identidade enquanto metamorfose. Essa instância de construção subjetivo, constitui o processo identitário a partir da construção contínua, na qual o sujeito atua simultaneamente como produto e produtor da realidade objetiva em que está inserido. Portanto, a construção da identidade se dá a partir do processo dialético, contínuo e dinâmico entre as relações sociais e as ações do sujeito e a realidade objetiva, representada pela sociedade.

A identidade não deve ser entendida como algo acabado ou cristalizado, mas sim como algo em construção, potencializada pela encruzilhada da pluralidade de diversas culturas, que conseqüentemente gerará identidades plurais. Raça, etnia, gênero, classe social, linguagem, entre outros determinantes, farão um intercruzo dinâmico, que articulados à cultura, história e ao território promoverá a formação de cada identidade de

forma singular.

Na contemporaneidade, a dinâmica das relações sociais traz como um de seus pilares a diversidade. A partir deste movimento, os grupos identitários passaram a construir maneiras para preservar suas memórias, ao passo que buscam caminhos para ressignificar suas identidades. O ato de preservar se torna essencial, sobretudo para os grupos minoritários, uma vez que a perda de memória é uma perda de identidade. Sem memória o sujeito esvazia¹.

A identidade negra possui uma raiz histórica e ancestral, muitas vezes desvirtuada pelo racismo. Temos de nos apropriar do que ao longo do tempo fomos capazes de construir nas ciências, filosofia, cultura, línguas, invenções e agregar à nossa construção enquanto sujeito estas possibilidades. Nos depoimentos solicitados, poucos estudantes souberam identificar referências negras

dentro da sua área de atuação, o que diz muito sobre o racismo engendrado na academia e na sociedade como um todo. Os que souberam trazer referências, compartilharam que tiveram contato com essas personalidades através de pesquisas pessoais e não dentro das universidades.

Conquanto a identidade seja construída através das relações sociais, ela só pode se constituir como tal ao instante em que é internalizada. Castell (1999) denomina esse fenômeno como auto-identificação².

“Para mim é normal, até me deparar com questões como essa, onde eu busquei outros colegas pretos para participar do projeto e notei o quanto minhas opções eram limitadas, talvez isso parecesse algo “normal” até que fui instigada a pensar nisso e o notar o quanto é desproporcional o número de alunos brancos e negros.” - Iáyó



“Quando falta referência da mesma classe social ou da mesma etnia é difícil se imaginar assumindo esses espaços, assim como na arte, na mídia, na TV. Antes havia exceções quando se fala em representatividade.”

“A falta de referenciais teóricos advindo de pessoas negras afeta diretamente na imagem profissional que podemos montar quando temos em que se espelhar, e embora haja na literatura científica muitos teóricos magníficos, essa falta pode sim refletir num complexo de inferioridade já que não há nela nem um reflexo de quem eu sou.”

- Nílò

Ter uma identidade negra, alicerçada em ideais racializados faz parte da luta e resistência da população negra. Por muito tempo tivemos que nos subverter ao que é considerado como universal (ego branco), como denunciam Neusa Santos Souza em sua obra Tornar-se Negro e Franz Fanon em Peles negras, Máscaras brancas, buscando se transformar em algo que é impossível ao negro: tornar-se branco. Fazer o caminho de volta, se reconectar com sua negritude é um caminho feito coletivamente, fortalecido pelos movimentos negros.

Júlio (2010) descreve identidade como um movimento em prol da construção da identidade de um sujeito negro, sendo esse um “empreendimento identitário” necessário para o fortalecimento e manutenção de coletivo negro ².

À sombra disso, podemos compreender os movimentos negros como um quilombo mítico. Pereira (2016 apud Santos e Diniz) explica ³:

O conceito se refere ao corpo negro reinventado e autovalorizado diante das adversidades, reconstruído sob imagens positivas que quebram a alienação. Ele é um símbolo da resistência, da disputa e conquista de territórios físicos e simbólicos, que enfrenta e recusa a dominação e o referencial do dominador. É um corpo que, através das pesquisas históricas e da busca das posições de sujeitos, deixa de ser objeto para se tornar um sujeito histórico.

A identidade negra é firmada e fortalecida quando tem acesso à sua cultura e história nas escolas, quando ações afirmativas lhes permitem o acesso à espaços onde antes não existiam pessoas negras.

Pensar a relação entre escola e identidade negra é questionar não só os negros sobre a questão racial, mas também os sujeitos que pertencem a outros segmentos étnico/raciais com os quais eles convivem. A afirmação da negritude exerce pressão sobre o outro, em especial sobre o branco, e o questiona no seu suposto lugar de quem vive uma situação já dada e já conquistada, no seu suposto isolamento etnocêntrico e lhe revela quão im-



pregnado o branco brasileiro está da negrura e das africanidades que muitos ainda insistem em negar. (GOMES, p. 176, 2003) ⁵

Ubuntu, termo africano utilizado como filosofia e pensar o “eu sou porque nós somos”. Nós. Tal razão evoca a compreensão acerca da sociedade sob uma perspectiva integralista e solidária, sinaliza que as existências humanas estão interconectadas e que, portanto, a condição humana é uma experiência coletiva ⁴.

À sombra dessa perspectiva, a práxis para uma educação libertadora, autônoma e plural, que considere a relação dialética entre os diferentes sujeitos pode ser possível sob os escritos de Paulo Freire, patrono da educação brasileira.

As universidades enquanto espaço para construção de saberes e de subjetividades, deve convencer-se, segundo Freire (1996) de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou construção.

É preciso que vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma -se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem forrar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discentes, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, p. 13, 1996)

Ao passo que Freire (1996) propõe a relação dialética entre educador e educando, a perspectiva acadêmica afrocêntrica propõe a construção da mudança significativa no modo de viver do educando, buscando resgatar valores adormecidos pelo processo de colonização, de expansão e enraizamento do capitalismo. Portanto:

Afrocêntrico, Africêntrico ou Afrocentrado” são termos intercambiáveis que representam um conceito que caracteriza uma qualidade de pensamento e prática que estão enraizados na imagem cultural e nos interesses das pessoas de ascendência africana, e que representam e refletem no centro de sua análise a experiência devida, a história e as tradições das pessoas de ascendência africana. Afrocentri-

cidade é então a base intelectual e filosófica em que pessoas de ascendência africana poderão criar seus próprios critérios científicos e morais para autenticação dos processos humanos dos africanos. Ela representa o núcleo fundamental das qualidades e do "pertencimento" de pessoas de ascendência africana. (MADHUBUTI, 1990)⁴.

Para Madhubuti (1990), a educação deve manter viva a perspectiva de que o impulso e a concepção de “nós” em todas as ações de nossa comunidade e para nossa comunidade é um ato político, ecoando nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Além disso, para que a práxis pedagógica seja, de fato plural, é necessário que tal movimento não se restrinja apenas ao aquilombamento africano, mas que seja reivindicado por todos, afinal, Ubuntu ⁴.



Imagem:
Freepik

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

¹LACERDA, M. F. P. *Antirracismo e subjetividade negra: Metáforas e Antíteses em Racionais MC's*. São Paulo: Editora Dialética, 2002.

²SILVA, N. B.; VIEIRA, R. F. *Além da cor da pele: Uma análise psicossocial acerca da formação da identidade negra no Brasil*. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 3, n. 6, p. 259 - 278, 12, set-2018.

³BELO, F. et al. *Psicanálise e racismo: Interpretações a partir de Quarto de Despejo*. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2018.

⁴ARAÚJO, J. M. S. *Economia negra: estratégias de resistência pela educação afrocentrada e libertadora*. IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES.

⁵DAMASCENA, Q.; MIRANDA, E. *Caminhos Identitários: contribuições de Kabengele*

Munanga na construção da identidade negra positiva. *Revista de História da UEG*, v. 7, n. 1, p. 145-155, set. 2018.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Refletindo sobre a identidade negra e currículo nas escolas brasileiras: contribuições do multiculturalismo. Ana Canen – Série Estudos – Periódico do mestrado em educação do UCDB/ Campo Grande -MS n. 15, p. 49-57, jan-jun, 2003.

Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias, e contribuições do multiculturalismo. Marta Diniz Paulo de Assis e Ana Canen/ *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 709-724, set-dez. 2004.



UBUNTU

04



UBUNTU

Bruna Santos e
Renata Leal Moreira

Nós do CAN, assumimos a postura de denunciar todos os atos implícitos e explícitos de racismo existentes em cada entrelinha acadêmica, procurando ajudar a nomear sim, as dores que carregamos a partir da herança de um país colonialista como o Brasil, respingando também, nas universidades brasileiras. Porém, além de dores e traumas, essa é uma oportunidade para fazermos jus a luta que nossos ancestrais travaram ao longo de séculos para que pudéssemos viver de maneira minimamente digna. Hoje, se podemos escrever essa cartilha, devemos a quem lutou e a quem luta da maneira mais simples até as posicionadas na alta hierarquia por nossos ideais e por nossa potência.

Nei Lopes & Luiz Antônio Simas se aqilombam aos nossos ideais ao destringir sobre o significado Bantu (as pessoas) e o poder do equilíbrio que está endereçado a cada ser humano, pois,

aos termos em mente que a criação do homem e das coisas é o resultado mais próximo que temos do trabalho do ser supremo, um novo valor se dá para a união entre todas as coisas.

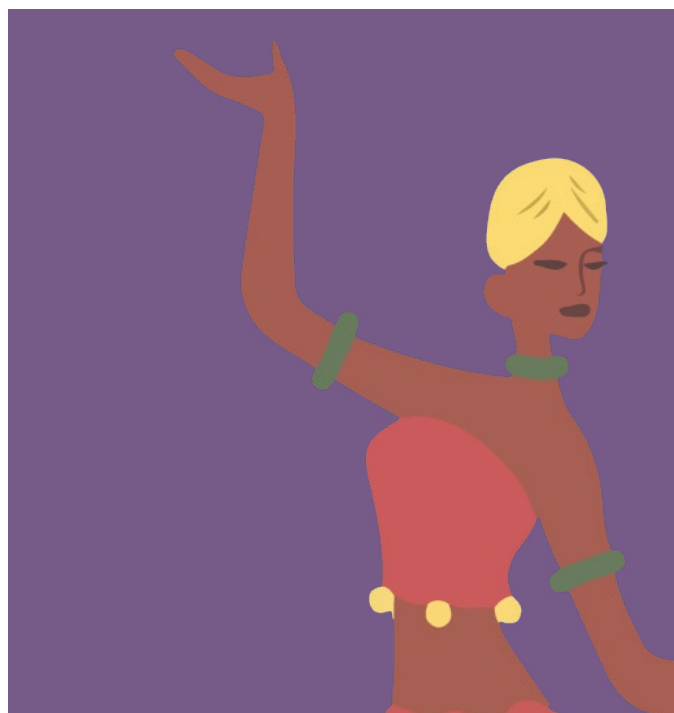
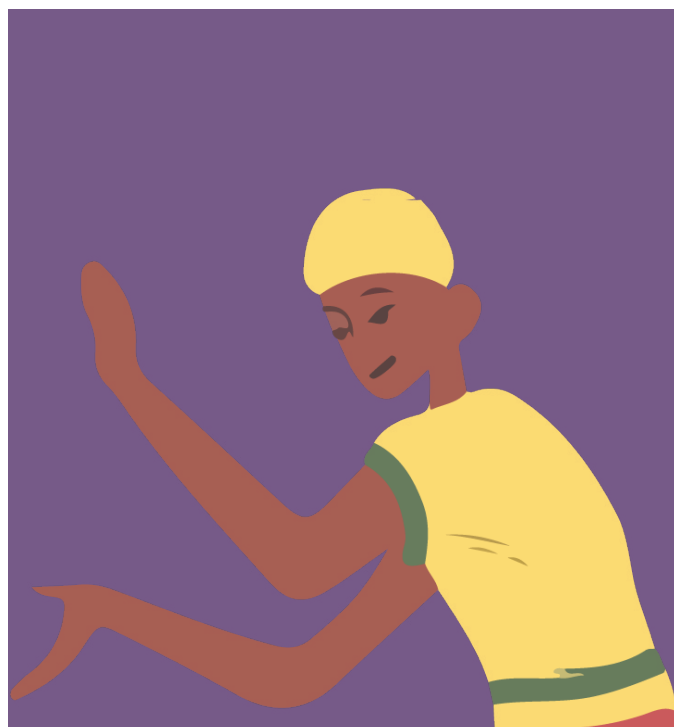
O poder existente nos homens, durante séculos foi utilizado para dominação primitiva, hoje, com a benção de nossos ancestrais e nossos irmãos, vemos possibilidade de que em grão em grão, esse equilíbrio possa aos poucos ser reestabelecidos.

Fazendo jus ao que diz Ifá sobre Olodumare, o ser supremo ao dar a tarefa da criação dos homens e mulheres para Obatalá, atendendo tal pedido a partir do barro primordial para que os seres humanos pudessem amar, plantar, se divertir. Dentro desta crença Yorubá, devido a finitude desse barro, cada ser constituinte desse mundo perece, dando lugar a novas formas, novas histórias,

novas maneiras de contar suas próprias narrativas e assim, para que possamos vivenciar os afetos que nos são possíveis.

Nossa luta é sinônimo de orgulho, pois, deste barro regido por Obatalá e Olodumare, eis nossa oportunidade de ressignificar em ambiente acadêmico, o significado e sentido dos nossos corpos.

Além de lágrimas, somos força, somos beleza, somos força, somos aqueles que morreram na senzala, somos aqueles que morrem no cotidiano, somos todos um, somos Ubuntu.



Gostaria de agradecer o convite para escrita deste posfácio feito pelas alunas e alunos do CAN que, para mim, são companheiras e companheiros de lutas sociais compartilhadas. Com vocês, aprendi a observar o mundo e a mim mesma com mais amplitude e coragem. Com vocês me tornei uma professora melhor. Muito muito obrigada!

Poderia uma professora branca quebrar os pactos narcísicos da branquitude no ambiente acadêmico? Essa é uma pergunta importante que me faço diariamente e que endereço também aos meus colegas de profissão brancos. Foram séculos de escravidão no Brasil e esse passado é de todos nós. Mas, sendo o racismo uma tecnologia de poder exercida pelos brancos, é preciso ter em mente, portanto, que o racismo é problema dos brancos!

Não tenho a pretensão de responder aqui, agora e muito mesmo individualmente a essa questão. Gostaria de compartilhar aqui o enfrentamento dessa verdade que toca o pulsional desse incômodo, dessa vergonha histórica que é o racismo. A branquitude é uma cilada colonial, uma cilada narcísica eficiente e devastadora. Devastadora para nossa sociabilidade e para nosso psiquismo. Ela é o significante da corporificação do privilégio racial, mas também é um projeto político e subjetivo de poder e perpetuação. A branquitude é metáfora do poder que se constitui em relação ao não-branco, é um lugar de vantagem estrutural erroneamente associada ao mérito, como diz a pesquisadora Lia Vainer Schucman.

A branquitude é inflada e inflamada de si mesma. Jeane Tavares, psicóloga negra da Universidade Federal da Bahia diz que, às vezes não é o caso de diagnosticar o paciente com transtorno narcisista, às vezes o sujeito é apenas branco. O diagnóstico é a branquitude.

Maria Aparecida Bento descreve as formas de perpetuação e manutenção do privilégio branco através de pactos narcísicos caracterizados que perpetuam e negam o problema racial, pelo silenciamento, pela interdição de negros e negras em espaços institucionais e de poder, pelo permanente esforço de exclusão moral, afetiva, econômica e política do povo negro, no universo social.

Nossa herança escravagista colonial nos legou um dos maiores empreendimentos desumanizadores: o racismo, um crime ontológico. Mas, é importante sempre nos lembrarmos de que as dinâmicas da colonialidade se infiltram em nós para além

do Brasil colônia. Ela está no agora, com seus ecos inconscientes ou não, com novas modulações históricas, mas, habita o agora, quando olhamos, por exemplo, para os autores e autoras que lemos nos cursos de graduação ou para nossos professores e professoras e só avistamos, em larga maioria, mentes e corpos brancos, sendo a população brasileira em sua maioria negra.

No mundo da psicanálise o maior exemplo que temos é o de Virgínia Leone Bicudo: a primeira analisanda do Brasil, uma mulher negra que preencheu a própria trajetória com pioneirismos. Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), paulistana, filha de uma imigrante italiana branca e de um brasileiro negro, neta de uma mulher escravizada alforriada, foi a primeira mulher a fazer análise na América Latina. Foi a primeira não médica a ser reconhecida como psicanalista, tornando-se essencial para construção e institucionalização da psicanálise no Brasil. Ainda assim, seu nome é pouquíssimo visitado nos cursos de formação no Brasil.

Falando da psicanálise, por exemplo, que é meu campo de atuação: caso ela não se deselitizar, desaristocratizar correrá o risco de ser meramente um fetiche subjetivo de individualidades brancas, feitas por brancos e para brancos. E isso me parece além de desinteressante, perigoso.

O epistemicídio promovido pela branquitude institucionalizada, nos ensina Sueli Carneiro, atua como uma produção de inferioridade intelectual imposta aos grupos racializados, “pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento”.

Não é possível estar fora do jogo humano de se refazer, de se movimentar, de se colocar em xeque corajosamente, de se olhar, estudar, escutar e, claro, enfrentar e admitir o racismo dentro de nós e dentro das instituições em que estamos em uma autocrítica radical. Afinal, as instituições e universidades brasileiras são impérios da branquitude, nos mostra o pesquisador Emiliano Camargo.

Outro mecanismo de reativação inconsciente da colonialidade é perpetuar a prontidão servil, a disponibilidade infinita do povo negro, inclusive para ensinar gratuita e pacientemente aos brancos o que é racismo, numa espécie de um servilismo aos processos subjetivos dos brancos. Diz a escritora negra Tatiana Nascimento: “há 500 anos estamos fazendo isso: denunciando o racismo!” Cabe aos brancos, conversarem mais entre nós sobre isso, se auto responsabilizando por esse processo de refazimento. Ler, estudar e sobretudo, ouvir o povo preto. Essa é a saída! Gosto sempre de citar nosso ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil quando ele propõe que invertamos a equação colonial. Ele diz: “Gosto de pensar a política de cotas raciais universitárias como uma oportunidade que esse povo preto, periférico

e de baixa renda está dando ao mundo acadêmico convencional”. Esse é a questão. Portanto, é preciso que o corpo docente esteja aberto para esse aprendizado. Há perigo imenso no absenteísmo docente e institucional, portanto, professores e professoras que somos, devemos devem estar aptos a escutar os ecos do nosso tempo.

Não é possível pensar justiça social no Brasil sem compreender as bases do racismo. Não é possível falar de saúde mental no Brasil sem compreender as bases do racismo e seus condicionantes. Descolonizar a clínica, descolonizar os processos formativos dos profissionais da psicologia e descolonizar a nossa voz, a nossa escuta, as nossas escolhas, descolonizar o nosso inconsciente.

Aprendi algo com Sueli Carneiro de que nunca mais me esqueci. Repito como um mantra: “os brancos serão sempre beneficiários de uma sociedade racista, mas eles não precisam ser necessariamente signatários do horror!” Cabe-nos agora: pensamento, vontade, coragem e ação.

Obrigada CAN por nos proporcionarem o encontro com essa verdade histórica!

Prof^a. Dra. Nathalia Botura Brennecke
Socióloga e Psicanalista e professora universitária

*Exu matou um pássaro ontem,
com uma pedra que só jogou hoje*

Ditado yorubá